

31 de dezembro de 2022

Mobitech Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações Financeiras



Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		199.267	77.801
Disponível		1.995	4.925
Realizável		197.272	72.876
Aplicações	7	46.453	7.414
Contas a receber de clientes	8	74.163	40.247
Impostos e contribuições a recuperar		4.676	2.586
Despesas antecipadas		5.377	1.479
Bens à venda	9	60.614	17.449
Outros créditos		5.989	3.701
Não circulante		1.400.720	1.001.278
Realizável a longo prazo		66.645	22.094
Aplicações	7	29.239	11.398
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	34.194	9.241
Outros valores e bens		3.212	1.455
Imobilizado	11	1.323.410	968.474
Intangível	12	5.434	4.253
Ativo de direito de uso	13	5.231	6.457
Total do ativo		1.599.987	1.079.079

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		642.710	425.191
Contas a pagar		84.409	19.204
Obrigações a pagar	15	79.429	16.181
Impostos e encargos sociais a recolher		794	614
Encargos trabalhistas		1.183	932
Impostos e contribuições		3.003	1.477
Empréstimos e debêntures	16	552.524	404.486
Passivo de arrendamento	18	5.777	1.501
Não circulante		823.783	472.699
Obrigações a pagar	15	10.391	9.420
Empréstimos e debêntures	16	813.371	456.975
Tributos diferidos		21	15
Passivo de arrendamento	18	-	6.289
Patrimônio líquido		133.494	181.189
Capital social	19	184.250	184.250
Ajustes de avaliação patrimonial		(14.147)	(16)
Prejuízos acumulados		(36.003)	(3.045)
Reserva de Lucros		(606)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		1.599.987	1.079.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Receitas líquidas de serviços prestados	20	298.013	172.859
Receitas/(despesas) operacionais	21	(133.868)	(76.151)
Despesas administrativas	22	(82.950)	(72.415)
Despesas comerciais		(17.234)	(8.826)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		63.961	15.467
Receitas financeiras		21.137	8.009
Despesas financeiras		(186.724)	(40.190)
Resultado operacional		(101.626)	(16.714)
Ganhos com ativos não correntes		50.726	35.248
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	10.2	(50.900)	18.534
Imposto de renda e contribuição social	10.2	17.062	(2.859)
Lucro líquido do exercício		(33.838)	15.675
Quantidade de ações (mil)		187.332	187.332
Lucro líquido por ação - R\$		(0,18)	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital social	Reserva de Lucro	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Demonstração do resultado abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2020	134.250	-	(59)	(18.720)	115.471	4.302
Aumento de capital	50.000	-	-	-	50.000	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	43	-	43	43
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.675	15.675	15.675
Saldos em 31 de dezembro de 2021	184.250	-	(16)	(3.045)	181.189	15.718
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	9	-	9	9
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(33.838)	(33.838)	(33.838)
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa	-	-	(14.140)	-	(14.140)	(14.140)
Reservas de Lucro	-	274	0	-	274	274
					-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	184.250	274	(14.147)	(36.883)	133.494	(47.695)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mobitech Locadora de Veículos S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022****(Em milhares de reais)**

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(33.838)	15.675
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	32.719	19.662
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(56.880)	254.638
Contas a receber de clientes	(33.916)	(16.503)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.947)	(2.478)
Outros ativos	(53.198)	(8.651)
Obrigações a pagar	64.219	11.510
Empréstimos e financiamentos	218.758	(83.322)
Operações de arrendamento	(787)	(1.219)
Outros passivos	(11.900)	1.200
Caixa consumido pelas operações:		
Juros sobre captação de recursos pagos	(12.639)	(12.639)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	87.591	177.873
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(694.895)	(680.304)
Aquisição de intangível	(2.554)	(63)
Alienação de imobilizado	308.613	147.805
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(388.836)	(532.562)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	50.000
Aquisição de empréstimos	460.000	460.000
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(161.685)	(161.685)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	298.315	348.315
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.930)	(6.374)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	4.925	11.299
Saldo final de caixa e equivalentes	1.995	4.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mobitech Locadora de Veículos S.A. (“Mobitech” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Avenida Rio Branco, nº 1448 - Térreo, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social, o desenvolvimento das seguintes atividades: (a) o aluguel e a terceirização de veículos ou frota de veículos; (b) serviços de identificação de público alvo e a atuação como prestadora de serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo, para pessoas físicas e jurídicas, junto às entidades oficialmente credenciadas; (c) serviços de encaminhamento de pedidos de financiamento ao consumo às instituições especializadas; (d) serviços de análise de créditos e de cadastros ao consumo; (e) serviços de processamento de dados, inclusive das operações pactuadas por instituições financeiras e (f) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista. A Mobitech é uma controlada direta da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. e indireta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de “hedge”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes

contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Títulos para negociação” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1 INSTRUMENTOS DE “HEDGE”

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) “swaps”, que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) “hedge” de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do “hedge” com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 15. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está

exposta está demonstrada na nota explicativa nº 5.3 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de “hedge”, sendo demonstrada líquida.

3.4 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.4).

3.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”) – RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

3.6 BENS À VENDA

Compreendem veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda.

3.7 IMOBILIZADO

Compreendem veículos utilizados para locação a terceiros pela Companhia. O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 8.

3.8 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “software” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 9.

3.9 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos veículos que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.10 DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

3.11 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, o mesmo é divulgado em nota explicativa.

3.12 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.13 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais.

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para

as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis de clientes. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 2.4.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de um grande número de processos judiciais em aberto na data das informações semestrais. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

5.1 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

6. EQUIVALENTE DE CAIXA

	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	22.327
	22.327

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Compreende cotas de um único fundo de investimentos composto por títulos públicos e privados de renda fixa e debêntures. As cotas deste fundo foram valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos	
NTN	8.814
NTN - B	29.239
Total	38.053
Circulante	8.814
Não Circulante	29.239
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	49%

7.1 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos			
LFTs	5.629	-	5.629
NTNs - B		-	-
Debêntures	-	5.289	5.289
Cotas de fundos de investimento	485	-	485
LTNs	-	-	-
Letras Financeiras - privadas	-	3.802	3.802
Ações de companhias abertas		-	-
NTNs - C		-	-
CDBs			-
DPGE	-	75	75
Nota Comercial	-	32	32
	6.114	9.198	15.312
Total - circulante	6.114	9.198	15.312
Circulante	6.114	9.198	15.312
Não Circulante			
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria			20%

7.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	23.737	284.749
Aplicações	766.796	336.243
Resgates	(727.584)	(598.387)
Rendimentos	17.668	7.506
Ajuste a valor de mercado	(2.930)	(6.374)
Saldo final	77.687	23.737

7.3 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (i)	13,63	13,63
Fundos exclusivos		
LTN	11,98	11,98
NTNs B - IPCA	5,42	5,42
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,07	0,07

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Locação	64.337	44.359
Seminovos	24.583	1.981
Provisão para risco de crédito	(14.757)	(6.093)
	74.163	40.247

8.1 “AGING” A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Contas a receber de clientes	Provisão para risco de crédito	Provisão líquida	Contas a receber de clientes	Provisão para risco de crédito	Provisão líquida
A vencer	676	-	676	18.955	-	18.955
Vencidos de 1 a 30	29.938	-	29.938	14.957	-	14.957
Vencidos de 31 a 60 dias	9.425	-	9.425	2.658	-	2.658
Vencidos de 61 a 90 dias	3.894	-	3.894	1.696	-	1.696
Vencidos de 91 a 120 dias	3.364	(1.995)	1.369	1.338	(1.338)	-
Vencidos 121 a 150 dias	2.549	(1.761)	788	866	(866)	-
Vencidos 151 a 240 dias	2.651	(1.772)	879	673	(673)	-
Vencidos 241 a 360 dias	11.840	(9.229)	2.611	3.216	(3.216)	-
Seminovos	24.583	-	24.583	1.981	-	1.981
	88.920	(14.757)	74.163	46.340	(6.093)	40.247

9. BENS À VENDA

Referem-se a veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Dezembro de 2021	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2022
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	4.172	21.428	(14.787)	10.813
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	3.011	329	-	3.340
Provisão para riscos de créditos	787	14.221	(5.389)	9.619
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	-	19.483	(12.198)	7.285
Provisão de participação de lucros	363	654	(596)	421
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	120	148	(154)	114
Outras provisões	716	10.724	(8.918)	2.522
Benefício a empregados	72	14	(6)	80
	5.069	45.573	(27.261)	23.381
Total	9.241	67.001	(42.048)	34.194

10.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	
2023	10.625
2024	8.935
2025	7.764
2026	1.251
2027	1.248
2028 a 2030	3.715
Após 2031	657
Total - ativo	34.194

Neste estudo foi considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro.

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	(50.900)	18.534
Alíquota vigente (i)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	17.306	(6.302)
Indébitos tributários (ii)	-	-
Inovação tecnológica (iii)	-	-
Pat em dobro	-	255
Equivalência patrimonial	-	-
Incentivos fiscais	(16)	79
Majoração da alíquota CSLL (i)	-	-
Baixa para Perda	-	3.120
Outros	(228)	(11)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	(244)	3.443
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	17.062	(2.859)
Taxa efetiva (D/-A)	33,5%	15,4%

11 IMOBILIZADO

11.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,03	1.355.459	(33.671)	1.321.788	983.790	(17.484)	966.306
Móveis, Máquinas e Utensílios	10,00	31	(6)	25	32	(3)	29
Outras Imobilizações	20,00	2.710	(1.113)	1.597	2.710	(571)	2.139
		1.358.200	(34.790)	1.323.410	986.532	(18.058)	968.474

11.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Movimentações				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
		Aquisições	Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Outros/ transferên- cias (i)	
Veículos e equipamentos locados	966.306	694.895	(261.530)	(30.800)	(47.083)	1.321.788
Utensílios	29	-	-	(4)	-	25
Outras Imobilizações	2.139	-	-	(542)	-	1.597
	968.474	694.895	(261.530)	(31.346)	(47.083)	1.323.410

12 INTANGÍVEL

12.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	20,00	9.415	(3.981)	5.434	6.861	(2.608)	4.253
		9.415	(3.981)	5.434	6.861	(2.608)	4.253

12.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Movimentações			Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
		Aquisições	Despesas de amortização	Outros/ transferên- cias	
"Software"	4.253	2.554	(1.373)	-	5.434
	4.253	2.554	(1.373)	-	5.434

13 ATIVO DE DIREITO DE USO

13.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Imóveis	20,0	9.009	(3.778)	5.231	9.009	(2.552)	6.457

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país (vide nota explicativa nº3.9).

13.2 MOVIMENTAÇÃO

	Movimentações		
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação
Imóveis	6.457	-	(1.226)

14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia possui “hedge” de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62) (vide nota explicativa nº 3.3.1), cujo impacto no Patrimônio Líquido está demonstrado a seguir:

					Dezembro de 2022
		Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocional	Valor pela curva	Impacto no Patrimônio Líquido
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 3,00%	50.000	49.473	49.789
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,80%	(50.000)	(56.719)	(56.962)
Perda de ajuste a mercado					(7.174)
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 2,96%	100.000	100.706	101.339
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,70%	(100.000)	(113.037)	(113.495)
Ganho de ajuste a mercado					(12.156)
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 3,36%	100.000	113.502	114.182
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,88%	(100.000)	(110.859)	(111.459)
Ganho de ajuste a mercado					2.724
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	CDI + 1,28%	153.641	152.555	155.020
	Ponta passiva: taxa prefixada	PRÉ 15,25%	(153.641)	(152.510)	(156.212)
Perda de ajuste a mercado					(1.192)
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	CDI + 1,33%	256.090	254.273	261.258
	Ponta passiva: taxa prefixada	PRÉ 14,94%	(256.090)	(254.103)	(264.885)
Perda de ajuste a mercado					(3.627)
Total impacto no Patrimônio líquido					(21.425)
Total impacto no Patrimônio líquido (líquido de IR e CS)					(14.140)

15 OBRIGAÇÕES A PAGAR

Refere-se, principalmente, a contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas e benefícios a pagar.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Swap	43.550	
Fornecedores	16.624	15.099
Adiantamento de Clientes	15.523	(2.381)
Possíveis Provisões(*)	10.156	9.209
Transações com partes relacionadas	2.736	1.053
Participação nos lucros	966	1.068
Provisão de benefícios a empregados	235	211
Outras	30	1.342
	89.820	25.601
Circulante	79.429	16.181
Não circulante	10.391	9.420

(*) Vide nota 17.1

16 EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

16.1 COMPOSIÇÃO EMPRÉSTIMOS

Papel / Emissão	Valor Principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
CCB - capital de giro - BRL					
	160.000	2023	CDI + 1,55%	-	163.577
	39.000	2023	CDI + 1,95%	-	40.778
	200.000	2023	CDI + 1,65%	228.776	200.248
	28.500	2023	CDI + 1,98%	34.234	29.850
	21.500	2023	CDI + 1,98%	25.833	22.522
	50.000	2023	CDI + 1,80%	49.473	-
	100.000	2023	CDI + 1,70%	100.705	-
	100.000	2023	CDI + 1,88%	113.503	-
			Total	552.524	456.975

16.2 COMPOSIÇÃO DEBÊNTURES

Papel / Emissão	Valor Principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Debêntures - capital de giro - BRL					
	400.000	2024	CDI + 1,31%	406.543	404.486
	400.000	2025	CDI + 1,31%	406.828	
		Total		813.371	404.486

16.3 MOVIMENTAÇÃO EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	861.461	659.107
Aquisição/constituição	150.000	549.000
Atualização monetária/juros	666.080	10.972
Liquidação/reversão	(311.646)	(357.618)
Saldo final	1.365.895	861.461
Circulante	552.524	404.486
Não circulante	813.371	456.975

17 OUTROS DÉBITOS

17.1 PROVISÕES JUDICIAIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2021	8.856	263	90	9.209
Constituições	-	-	393	393
Enc. Êxito/reversões	-	(280)	(39)	(319)
Pagamentos	-	-	(140)	(140)
Atualização monetária	965	17	31	1.013
Saldo Final em 31 de dezembro de 2022	9.821	-	335	10.156
Quantidade de processos prováveis	3	-	25	28
Processos possíveis (R\$)	-	-	-	-

17.2 OUTRAS PROVISÕES

Refere-se a processos fiscais oriundos de 'Mandado de segurança impetrado em razão dos veículos adquiridos e já existente em propriedade da Locadora serem destinados exclusivamente para locação, e conforme previa a Lei no 13.296/2008 tinha isenção parcial de 50%, que resultaria na alíquota de 2% do IPVA. Entretanto, em 15 de outubro de 2020, sobreveio a edição da Lei no 17.293/2020, a qual, em seus artigos 68 e 69, revogou o mencionado artigo 9º, § 1º e 2º, da Lei no 13.296/2008, prevendo, ainda, sua aplicação desde a entrada em vigor, violando assim o princípio da anterioridade. Dessa forma, requeremos a concessão de medida liminar para suspender a exigibilidade da parcela excluída do IPVA incidente sobre os veículos de propriedade da Locadora pelo artigo 9º da Lei nº 13.296/2008, para fatos geradores ocorridos entre a publicação da Lei n. 17.293/2020 (16/10/2020) e o dia 13/01/2021, bem como, a concessão em definitivo da segurança para garantir o direito líquido e certo da Locadora de fruir da isenção prevista no artigo 9º da Lei nº 13.296/2008, não sendo compelida ao recolhimento da diferença do IPVA para fatos geradores ocorridos entre a publicação da Lei n. 17.293/2020 (16/10/2020) e o dia 13/01/2021, afastando-se, definitivamente para esse período, a previsão dos artigos 67 e 68 da Lei nº 17.293/2020, em respeito ao princípio da anterioridade.

Para ao exercício de 2022 o saldo provisionado de R\$ 9.821 (Saldo em 2021 era R\$ 8.855) refere-se a R\$8.040 de constituição do processo e R\$ 1.781 de atualização de juros acumulados nos períodos de 2021 e 2022.

18 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.378	(588)	7.790
Apropriação dos juros	-	(282)	(282)
Pagamentos	(1.731)		(1.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.647	(870)	5.777
Circulante			5.777
Não circulante			-

Deve-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos (vide nota explicativa nº 3.12).

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 184.250 representado por 187.332.331 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal (R\$ 184.250 representado por 187.332.331 unidades em 31 de dezembro de 2021).

20 RECEITA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Receita de serviços	328.408	190.486
Cofins	(24.963)	(14.477)
Pis	(5.420)	(3.143)
Impostos sobre serviços	(12)	(7)
	298.013	172.859

21 DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Localização e funcionamento	(115.889)	(58.071)
Depreciação	(30.801)	(15.532)
Provisão para devedores duvidosos	(14.257)	(2.548)
CRÉD. DE PIS E COFINS S/ DESP. OPERAC.	27.079	-
	(133.868)	(76.151)

22 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Custos corporativos	(22.089)	(20.533)
Serviços de terceiros	(29.669)	(19.851)
Pessoal	(20.957)	(15.825)
Localização e funcionamento	(11.603)	(7.805)
Publicidade	(144)	(6.301)
Outras	1.512	(2.100)
	(82.950)	(72.415)

23 RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Receita s/ Aplicações Financeiras	19.630	7.506
Variações monetárias dos depósitos judiciais	208	-
Juros de títulos disponíveis para a venda	1.299	503
Outras	-	-
Total de receitas financeiras	21.137	8.009
Despesa s/ Aplicações Financeiras	(1.962)	-
Despesas Empréstimo	(151.462)	(36.936)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(30.686)	(469)
Outras	(2.614)	(2.315)
Total de despesas financeiras	(186.724)	(39.720)
Resultado financeiro	(165.587)	(31.711)

24 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

- (i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;
- (ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;
- (iii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Passivo		
Porto Cia	2.736	1.053
	2.736	1.053

Demonstração do resultado	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Porto Seguro Cia	8.096	2.413	(27.364)	(21.002)
Consórcio	-	-	(277)	-
Proteção e Monitoramento	-	-	-	(1)
Porto Investimentos	-	-	(173)	-
Portoseg	-	-	(569)	(630)
Porto Seguro Serviços e Comércio	-	-	(2.987)	(1.298)
Porto Atendimento	-	-	(3.536)	(2.601)
Porto Assistência	-	-	(1.146)	-
Porto Saúde	-	-	(1.437)	(926)
	8.096	2.413	(37.490)	(26.457)

25 OUTRAS INFORMAÇÕES

25.1 COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

* * *

MOBITECH LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Quotistas
Mobitech Locadora de Veículos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mobitech Locadora de Veículos S.A. (companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 23 de fevereiro de 2023

Atenciosamente,

Carlos Cristiano Poltronieri
Contador - CRC/SP 1SP240875/O-9
Consulcamp Auditoria
CRC 2SP024818/O-5